



Protestantismo em Revista é licenciada
sob uma Licença Creative Commons.

<http://dx.doi.org/10.22351/nepp.v45i1.3858>

Paço dos Açorianos: a estética religiosa do positivismo castilhisto na Primeira República (1889-1930)

Paço dos Açorianos: the religious esthetics of the Castilian positiv-ism in the First Republic
(1889-1930)

*Wilhelm Wachholz**

*André Daniel Reinke***

*Marcelo Ramos Saldanha****

Resumo: O positivismo do Rio Grande do Sul desenvolveu características que lhe renderam a alcunha de “castilhisto”, especialmente em função dos ditames de seu maior representante, Júlio Prates de Castilhos. Enquanto a República brasileira construía seu imaginário simbólico no centro do país, Castilhos coordenava em Porto Alegre a construção da sede da intendência da capital, o Paço dos Açorianos, em cuja arquitetura aplicou princípios estéticos que exaltavam os aspectos autoritários da República por ele defendida. Esse artigo analisa as características religiosas de seu discurso arquitetônico e escultural, as quais demonstram os objetivos de construir um imaginário e legado político messiânico por parte daquele que foi chamado “Patriarca” do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Positivismo, Castilhismo, República Brasileira, Arquitetura, Simbolismo

Abstract: The positivism of Rio Grande do Sul developed characteristics which gave it the nickname “Castilian”, especially due to the dictates of its greatest representative, Júlio Prates de Castilhos. While the Brazilian Republic constructed its symbolic imagery in the center of the nation, Castilhos was coordinating, in Porto Alegre, the construction of the headquarters of the administration of the capital, the Paço dos Açorianos. In its architecture he applied the esthetic principles which exalted the authoritarian aspects of the Republic which he defended. This article analyzes the religious characteristics of its architectonic and sculptural discourse, which demonstrate the goals of constructing a messianic political imagery and legacy of the one who was called the “Patriarch” of Rio Grande do Sul

Keywords: Positivism, Brazilian Republic, Architecture, Symbolism

[Texto recebido em novembro de 2019 e aceito em dezembro de 2019, com base na avaliação cega por pares realizada por pareceristas ad hoc]

* Doutor. Faculdades EST. E-mail: wachholz@est.edu.br

** Mestre. Faculdades EST – CNPq. E-mail: andre_reinke@yahoo.com

*** Doutor. Faculdades EST. E-mail: marcelo.saldanha@gmail.com

Introdução

Toda sociedade possui os seus mitos fundadores. Segundo a filósofa Marilena Chaui, o *mito* pode ser tratado como uma narração de feitos lendários da comunidade, mas também como solução imaginária de tensões e contradições da realidade. Quando se trata do *fundador*, estabelece-se um vínculo com o passado que nunca cessa, a repetição de um imaginário que impede de perceber a própria realidade como tal. Os *mitos fundadores* dão base ao discurso do poder político, e em função dele, precisam de novas expressões ao longo da história. Por isso, Chaui conclui que “o mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”¹. O mito fundador foi gestado ao longo da colonização do Brasil, mas foi se atualizando em novos discursos ao longo do Império e, finalmente, na República.

O mito fundador é característico da política, e também da esfera religiosa. Suas estruturas simbólicas partem de princípios um tanto semelhantes. No caso brasileiro, dada a origem cristã dos impérios que conquistaram as terras ao sul da América, elementos da doutrina cristã marcaram presença na formação do mito fundador desde o tempo da colonização. É o que percebeu Marilena Chaui ao detectar três elementos principais na construção do mito fundador brasileiro: a visão do paraíso (o país “gigante pela própria natureza”), a visão histórica teológica providencial oriunda da ortodoxia cristã, e a elaboração da figura do governante iluminado pela graça de Deus². Dessa percepção, a autora dividiu sua análise em três partes: a sagração da natureza, a sagração da história e a sagração do governante. É de tais percepções relacionadas ao sagrado que a autora estabelece a relação dos mitos fundadores do Brasil com o autoritarismo típico da percepção política dos brasileiros: o poder é percebido como transcendente, distante, mas ao mesmo tempo vicário. O governante é senhor acima das leis e possui direito natural ao poder³. Em outras palavras, a tônica política brasileira é messiânica.

Outro aspecto importante, relacionado à construção simbólica do poder político – que também é típico da religião – é a marcação de sinais simbólicos visíveis e materiais que tratam de significados muito além deles. É o que Marilena Chaui nomeou *semióforo*. Ele é um objeto de celebração em cultos, peregrinações, teatralização de feitos heroicos, comícios públicos realizados em locais igualmente públicos, tanto naturais (montanhas, lagos, árvores) como construídos (templos, museus, bibliotecas). Os *semióforos* garantem a comunicação e identidade de comunhão ao grupo que deles participam⁴. Disso resulta o interesse de autoridades, tanto civis como religiosas, em construir tais obras para demarcar seu território de poder:

¹ CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 9.

² CHAUI, 2000, p. 58.

³ CHAUI, 2000, p. 85.

⁴ CHAUI, 2000, p. 12.

Chefias religiosas ou igrejas, detentoras do saber sobre o sagrado, e chefias político-militares, detentoras do saber sobre o profano, são os detentores iniciais dos semióforos. [...] A hierarquia religiosa, a hierarquia política e a hierarquia da riqueza passam a disputar a posse dos semióforos, bem como a capacidade de produzi-los: a religião estimula os milagres (que geram novas pessoas e lugares santos), o poder político estimula a propaganda (que produz novas pessoas e objetos para o culto cívico) e o poder econômico estimula tanto a aquisição de objetos raros (dando origem às coleções privadas) como a descoberta de novos semióforos pelo conhecimento científico (financiando pesquisas arqueológicas, etnográficas e de história da arte).⁵

Daí a importância da construção do templo para a religião, e dos palácios de governo e monumentos para a esfera cívica. No caso de um país tão vasto territorialmente como o Brasil, tanto os mitos fundadores como a construção de semióforos possuem manifestações nacionais, mas também versões em cada Estado da federação. O mito fundador do governante iluminado para trazer a “salvação” ao seu povo, de características messiânicas e centralizadora, ganhou contornos especiais. No nível nacional, os republicanos criaram a figura do Cristo-mártir Tiradentes, no qual explicitou-se o caráter do Messias na política. No caso do Rio Grande do Sul, as figuras messiânicas ganharam destaque. O mais conhecido ditador do Brasil, Getúlio Vargas, foi gestado em terras gaúchas. Mas sua face ditatorial e personalista teve um antecedente: Júlio Prates de Castilhos. Este político teve tamanha participação na formação republicana do Brasil e do Rio Grande do Sul que veio a ser chamado de “Patriarca” pelos seus correligionários.

É sobre a construção do imaginário simbólico em torno de Castilhos que este artigo tratará. Analisaremos sua trajetória política e o tônus religioso e messiânico que lhe foi atribuído, e verificaremos como ele erigiu também o seu semióforo – o Palácio da Intendência, ou Paço dos Açorianos –, o prédio que abriga atualmente o gabinete do prefeito de Porto Alegre. Essa construção, cuja planta e estilo foram orientados diretamente por Júlio de Castilhos, traz consigo todas as características religiosas de um semióforo, ou um “templo cívico”, propício para impulsionar a construção do mito político do Patriarca da república castilhista.

1. Júlio de Castilhos e o positivismo no Rio Grande do Sul

É impossível separar Júlio de Castilhos da doutrina política por ele defendida: o positivismo. Como um dos arautos de Augusto Comte no contexto brasileiro, Castilhos foi peça importante no tabuleiro político em nível nacional, mas foi no Rio Grande do Sul que deixou marcas foram mais profundas. A versão do positivismo por ele implantada foi de tal maneira peculiar que veio a ser denominada de *castilhismo*. É da trajetória deste político e do positivismo castilhista que esta seção tratará.

⁵ CHAUI, 2000, p. 13-14.

1.1 O patriarca Júlio Prates de Castilhos (1860-1903)

Júlio Prates de Castilhos (1860-1903) nasceu em 29 de junho de 1860 na Fazenda da Reserva, distrito de São Martinho,⁶ entre os municípios de Santa Maria e Cruz Alta. Iniciou os estudos na casa dos pais, com professora contratada, seguindo em Santa Maria e Porto Alegre e dando sequência na Academia de Direito de São Paulo, em 1877. Na capital paulista, o jovem estudante demonstrou entusiasmo pelo positivismo de Augusto Comte, passando a publicar, com apenas 19 anos, o jornal *A Evolução*, em colaboração com dois outros gaúchos, Assis Brasil e Pereira da Costa.⁷

Júlio de Castilhos concluiu seu bacharelado em 1881, aos 21 anos⁸. Voltando a Porto Alegre, retomou imediatamente o contato que tivera com o movimento republicano, vindo a firmar-se no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) já no 1º Congresso, realizado em 1883, quando foi eleito para a redação do jornal *A Federação*.⁹ Júlio de Castilhos foi eleito presidente do PRR em 1885, além de ser escolhido como um dos cinco membros da comissão executiva, permanecendo ainda como redator-chefe do jornal, plataforma da qual passou a atacar veementemente a Monarquia.¹⁰

Por ocasião da Proclamação da República (15 de novembro de 1889), Castilhos articulou a indicação do general de maior prestígio da província, José Antônio Corrêa da Câmara (Visconde de Pelotas), para o cargo de governador, sendo o próprio Castilhos escolhido para o cargo de secretário do governo estadual. Com esta articulação, Castilhos garantia o apoio à República no Rio Grande do Sul, uma vez que a proclamação veio na forma de um golpe militar e precisava da sustentação do exército.¹¹ Mas a solução autoritária de Castilhos acirrou as disputas entre liberais e republicanos, culminando na queda do Visconde de Pelotas em apenas três meses de governo. Outro general assumiu o governo do Rio Grande do Sul em 1890, Júlio Anacleto Falcão da Frota, ocasião em que Castilhos foi designado 1º Vice-Governador.¹²

Em 1890, Castilhos foi eleito para a cadeira de deputado da Assembleia Constituinte, em meio de um turbilhão eleitoral e acusações de fraude.¹³ Retornando da atividade parlamentar no Rio de Janeiro, Castilhos passou a trabalhar no projeto da Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul, durante os meses de fevereiro e abril, concluindo e promulgando-a na sugestiva data de 14 de julho de 1891 (dia de comemoração

⁶ Próximo à fazenda se desenvolveria a Vila Rica, a qual daria origem ao atual município de Júlio de Castilhos (FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS; MEC/SESu/PROEDI, 1988. p. 10).

⁷ FRANCO, 1988, p. 16

⁸ FRANCO, 1988, p. 22

⁹ O jornal seria publicado a partir de 1884 (FRANCO, 1988, p. 21-27).

¹⁰ FRANCO, 1988, p. 39-41.

¹¹ RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1037>>. Acesso em: 16 out. 2018. p. 47-48.

¹² FRANCO, 1988, p. 66.

¹³ FRANCO, 1988, p. 81.

da Revolução Francesa). A constituição gaúcha foi obra exclusiva de Castilhos, embora oficialmente seja atribuída à comissão composta ainda por Ramiro Barcellos e Assis Brasil:

Assim sendo, o esquema constitucional que viria a ser consagrado pela Constituinte Estadual em 14 de julho, pode-se dizer que reflete *in totum* o pensamento político de Júlio de Castilhos, ou, pelo menos, o compromisso de suas concepções teóricas com as injunções da ordem política federal, da tradição e da conjuntura histórica.¹⁴

A constituição possuía, como elementos fundamentais: separação dos poderes temporal e espiritual, baseado no princípio da política fundada na ciência, assegurando liberdade religiosa, de profissão e de indústria; ausência de parlamento, pois o governo reunia funções administrativa e legislativa, decretando leis após exposição pública dos projetos; e assembleia apenas orçamentária, o que deixava sobre o executivo a responsabilidade plena do regime republicano. O conteúdo autoritário da constituição gaúcha serviu apenas para acirrar ainda mais os ânimos oposicionistas¹⁵.

No mesmo dia da promulgação da Constituição Estadual, Júlio de Castilhos foi eleito pelos deputados para o cargo de primeiro presidente constitucional estadual, após a provisoriedade de seis governadores em cerca de um ano e oito meses¹⁶. Mas o contexto nacional vivia uma crise política imensa, chegando ao seu ápice com o golpe de Deodoro da Fonseca em 3 de novembro de 1891, ao dissolver o Congresso Nacional, mas capitulando ainda no mesmo mês e deixando a presidência para Floriano Peixoto. Castilhos, que fora apoiador de Deodoro, viu-se obrigado a renunciar, passando o poder aos liberais¹⁷. O acirramento entre republicanos e federalistas se intensificou, culminando em uma retomada do poder estadual pelos castilhistas com apoio do exército, em julho de 1892. Castilhos nomeou Victorino Monteiro presidente e voltou a assumir seu cargo na Câmara federal no Rio de Janeiro, buscando apoio do governo central durante os oito meses seguintes. No Rio Grande do Sul, os castilhistas preparavam o retorno de seu líder, aperfeiçoando a Força Pública e reprimindo inimigos do regime. Em novembro de 1892, foi convocada eleição para referendar a restauração de Castilhos à Presidência do Estado e renovar a Assembleia, em um pleito de candidato único do qual os federalistas se abstiveram. Eleito, Júlio de Castilhos reassumiu em 25 de janeiro de 1893¹⁸.

Poucas semanas depois da posse, iniciava a rebelião dos federalistas, formados basicamente por membros da elite rural, como Gaspar da Silveira Martins, Joca Tavares, Gumercindo Saraiva, Guerreiro Vitória, além de desafetos políticos das próprias fileiras republicanas, como Demétrio Ribeiro e Barros Cassal, rebeldes unidos em sua oposição ao

¹⁴ FRANCO, 1988, p. 97.

¹⁵ RODRÍGUEZ, 2000, p. 61.

¹⁶ FRANCO, 1988, p. 105.

¹⁷ RODRÍGUEZ, 2000, p. 66.

¹⁸ RODRÍGUEZ, 2000, p. 75-76.

castilhismo.¹⁹ A repressão de Castilhos veio forte, apoiado militarmente pelo governo federal de Floriano Peixoto, como relata entusiasticamente Sérgio Franco:

O chefe republicano recolheu a luva que lhe atiravam os inimigos e os enfrentou com decisão inabalável. Durante dois anos, a vitória sobre os federalistas foi a sua preocupação obsessiva. Tudo o que estava ao alcance dos poucos recursos do Estado, foi feito para armar e mobilizar as forças da repressão. Além disso, Castilhos cedo obteve o amparo militar do Governo Federal, que inclusive lhe cedeu oficiais do Exército para o comando das unidades de tropas estaduais. Atuou, por intermédio de seus agentes, no Uruguai e Argentina, no sentido de combater diplomaticamente a insurreição, procurando cercear os movimentos dos insurretos emigrados. Dentro e fora do Estado, enfim, ofereceu luta sem quartel aos adversários.²⁰

A guerra civil durou dois anos, até a capitulação dos rebeldes em julho de 1895. A paz voltou ao Rio Grande do Sul após provocar a morte de pelo menos dez mil cidadãos em um conflito sangrento que deixou marcas e hostilidade entre castilhistas (chamados “pica-paus”) e federalistas (os “maragatos”) durante décadas. O castilhismo saiu vitorioso: a Constituição de 14 de Julho foi mantida, o Partido Republicano ganhou ainda mais força e a oposição foi destroçada²¹.

Finalmente reinava a *pax castilhista*. O presidente Júlio de Castilhos dedicou-se então à atividade administrativa, reformando a máquina estatal, regulando atividades como a organização da Justiça Civil, sistematizando os tributos, criando e reformando secretarias. Investiu na modernização do Rio Grande do Sul por meio de abertura de linhas telegráficas, desobstrução de canais de navegação, abertura de estradas e construção de pontes, além de regulamentar o estímulo à colonização e povoamento²². “Em 1898, Júlio de Castilhos passou o governo a Borges de Medeiros, que, apoiando-se nas tradições positivistas, consolidou o regime republicano autoritário e centralizado”.²³ A influência de Castilhos sobre o governo estadual continuou por meio da chefia do partido, de onde se correspondia com as lideranças municipais, mantendo-se informado e opinando sobre as atividades políticas e administrativas do Estado. Tal influência durou até sua morte repentina, de câncer, em 24 de outubro de 1903, aos 43 anos de idade.

A Revista Don Quixote, num artigo sobre a pacificação no Rio Grande do Sul, na edição de 27 de abril 1895, acusou Júlio de Castilhos de ser um “déspota ambicioso”.²⁴ Essa referência, que fazia claro contraponto à postura de outra revista da época, a *Revista Ilustrada*, ajuda a compreender uma face do autoritarismo do “Patriarca do Rio Grande do Sul”²⁵, como foi consagrado logo depois do seu funeral. Uma das características do déspota

¹⁹ FRANCO, 1988, p. 140-142.

²⁰ FRANCO, 1988, p. 142.

²¹ FRANCO, 1988, p. 151.

²² FRANCO, 1988, p. 153-162.

²³ KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

LEI Nº 5.213, DE 5 DE JANEIRO DE 1966. Disponível em:

<<http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%205.213.pdf>>. p. 105.

²⁴ LOPES, A. E. M. Entre o elogio e a sátira: Júlio de Castilhos nas páginas da imprensa ilustrada do Rio de Janeiro nos anos 1890. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 8, n. 1, p. 1-20, 2011. p. 11.

²⁵ FRANCO, 1988, p. 173-180.

é que nele ocorre a identificação entre a figura do governante e o poder por ele exercido, de modo que quem governa se torna a personificação do poder, de tal forma que a sua vontade se torna lei. No pensamento grego, a vontade particular tinha um espaço delimitado: o âmbito da *oikos* (casa), onde o poder absoluto pertencia ao *despótes*. Contudo, quando o seu poder excedia o âmbito privado, ocorria a confusão entre a *oikonomía* e a *politiké*, entre o privado e o público, exigindo do déspota um esforço de adequação à nova realidade. Marilena Chaui, a partir de Montesquieu, afirma que “o déspota corre o risco de ser contrariado pela religião, cujos preceitos são superiores à sua vontade. Por esse motivo, o déspota tenderá a cobrir-se da religião de modo a garantir a inviolabilidade de seu poder”²⁶. Isso nos ajuda a entender que Júlio de Castilhos, ao exercer o poder de forma arbitrária, tenha também usado os recursos simbólicos da religião, buscando na antiguidade clássica as referências para legitimar o nascimento do “reino de virtude” propagado por ele, como trataremos adiante ao analisar a arquitetura do Paço Municipal.

1.2 O positivismo castilhista

A República brasileira nasceu sob os auspícios positivos do lema de Augusto Comte (1798-1857), estampados na síntese *Ordem e Progresso* do novo lábaro nacional. A bandeira foi concebida como uma continuidade do passado – pois manteve o fundo verde-amarelo anterior –, mas com o indicativo do futuro sob o novo regime – com o globo celeste e o lema positivista substituindo o brasão imperial²⁷. O símbolo da bandeira nacional é a própria materialização do princípio positivista de um progresso orientado pela ordem como um fator evolutivo do mundo, aperfeiçoando a marcha da humanidade – razão pela qual ele parte do já constituído (a bandeira imperial) para o novo, melhorado (a bandeira republicana), dentro da do propósito de “conservar melhorando”²⁸.

O positivismo foi a corrente de pensamento social que buscou seguir um método científico empírico para a análise das organizações humanas. A partir de seus pressupostos, planejou o desenvolvimento da sociedade a partir de tais critérios, buscando “sistematizar a vida humana a serviço da ordem e do progresso”²⁹. O princípio básico do sistema de Augusto Comte era a reestruturação da sociedade através da reforma moral, pois o problema estaria na desordem intelectual do interior do ser humano. Essa renovação interior seria implantada por meio de um método positivo, baseado na educação à luz da

²⁶ CHAUI, Marilena. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 488-557. p. 512.

²⁷ CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 113.

²⁸ KIRCHHEIN, Augusto Frederico. O castilhismo e o campo religioso gaúcho: um olhar focando a área do ensino. *Revista Sacrilogens*, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião/UFJF, v. 3, n. 1, 2006, p. 241-255. Disponível em: <<http://www.ufff.br/sacrilogens/files/2010/04/3-8.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2018. p. 4.

²⁹ CAMPOS, Juliana Cristine Diniz; FERREIRA, Desirée Cavalcante. A legitimação autoritária das práticas políticas brasileiras pelo positivismo gaúcho durante a Primeira República. *Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC*, v. 36.1, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/nomos/article/view/3057>>. Acesso em: 17 out. 2018. p. 243.

ciência e da filosofia positivista. O objetivo seria formar uma moral universal, transformando o indivíduo e culminando com a organização política. Ao legislador não caberia projetar suas subjetividades, mas reconhecer as tendências espontâneas da sociedade – fato que demandaria conhecimento científico da realidade³⁰.

Comte acreditava que todo conhecimento decorria de fenômenos reais (ou seja, positivos) encontrados na experiência concreta da humanidade, e não na especulação abstrata. Por isso, ele diferenciou os estágios do desenvolvimento do pensamento humano em três etapas: o teológico (a compreensão dos fenômenos a partir do divino), metafísico (compreensão a partir de explicações abstratas e suprassensíveis) e positivista (não mais na busca de causas ou essências imateriais, mas a organização social a partir dos fenômenos concretos). Para o positivismo, então, a estruturação social deveria abandonar os estados teológico e metafísico para adentrar em uma organização social que levasse em conta unicamente a historicidade da civilização a que se propõe a reger. A ordem política deve conduzir a sociedade em direção a este desenvolvimento civilizacional, sendo o espaço público o local para a ordenação dos indivíduos e sua integração ao regime republicano³¹.

O pensamento positivista arrebanhou muitos adeptos no Brasil e, principalmente, no Rio Grande do Sul. Júlio de Castilhos desenvolveu as ideias positivistas (que já trouxera de Porto Alegre) na Academia em São Paulo, quando ainda era um jovem estudante e apenas ensaiava sua carreira política. Ele foi cativado pelas ideias de Comte:

Ideologia tipicamente burguesa, reformista, dogmática, de brônzeos postulados morais, o positivismo continha os ingredientes necessários para seduzir a intelectualidade inconformada de um país semifeudal que recém acordava para a civilização industrial, como era o Brasil de 1880. Não se poderia cogitar de socialismo, onde não existia uma classe proletária numerosa e onde se ansiava ainda pelo advento do capitalismo. E, de outro lado, as concepções do liberalismo clássico não convinhavam aos reformadores, insatisfeitos com a ordem política vigente. Restava, para inquietos intelectuais da pequena burguesia, a atração do comtismo.³²

Castilhos colocou em prática no Estado um dos atributos mais caros ao pensamento de Comte – a função do poder público de promover e controlar os rumos do desenvolvimento econômico, dentro dos maiores ideais positivos³³. Esse foi seu objetivo no projeto desenvolvimentista visto em seu breve histórico político. Também dentro da esfera de interferência estatal para modernização do Estado, Castilhos tratou de incorporar o proletariado à sociedade moderna, mediando e arbitrando os conflitos entre operários e patrões e dando a tônica do que viria a ser consolidado décadas depois como o Direito do Trabalho³⁴. Entretanto, por mais que Castilhos tenha seguido determinados elementos do positivismo de Augusto Comte, em tantos outros ocorreu algo bastante diverso. Estava mais para um positivismo adaptado, um tanto “castilhista”. É por isso que alguns afirmam que

³⁰ RODRÍGUEZ, 2000, p. 99-102

³¹ CAMPOS; FERREIRA, 2016, p. 244-247.

³² FRANCO, 1988, p. 18.

³³ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 282.

³⁴ BOSI, 1992, p. 294-296.

o comtismo propriamente dito não deixava de ser uma utopia de pouca aplicabilidade prática, tendo um papel apenas representativo e servindo mais como propaganda do que efetividade:

A história do positivismo rio-grandense é feita de omissões, compromissos, resistências, erosões e deslocamentos de sentido e ênfase de acordo com os interesses materiais e políticos de seus usuários, ou pelos modismos intelectuais e confrontos com concorrentes ideológicos.³⁵

A principal adaptação do positivismo de Comte para as ideias de Castilhos estava no sentido da legitimação da ordem estatal, que se daria não pelo voto popular, mas pela racionalidade histórica e científica. Essa qualidade seria adquirida por meio do governante mais esclarecido, capaz de produzir o progresso e bem de todos. Esses princípios abriram as portas para o modo autoritário de governar típico de Castilhos³⁶. Ele concebia na centralidade política em torno do “grande homem”, dotado de pureza de intenções, a condição fundamental para o bom governo. Esse “grande e puro homem” purificaria o governo e seu povo, posição esta que se reflete na moralização do funcionalismo público, do judiciário, da legislação trabalhista, dos serviços de higiene e obras públicas, da abolição de jogos e loterias, bem como dos privilégios de títulos e diplomas³⁷. Consiste, portanto, de uma educação cívica e moralizadora da população, reestruturando-a racionalmente – mas não dentro de um contexto democrático. O povo deve ser guiado por uma personalidade esclarecida, a qual assume o governo para realizar a tarefa. É por isso que Castilhos não consulta opiniões e recusa o governo representativo: “Se a única alternativa para a estruturação racional da sociedade é a imposição do governante esclarecido, qualquer outro tipo de organização social que não for o seu torna-se necessariamente caótico”³⁸. Rodríguez destaca:

Ao longo desta obra caracterizamos o castilhismo como uma filosofia política que inspira um governo autoritário, não-representativo, que pospõe a liberdade e as garantias dos indivíduos ante o supremo interesse da segurança do Estado, assumindo forte caráter tutelar-moralista e conservador. No cume de todo o sistema castilhisto encontramos a figura do líder carismático, que sabe para onde deve guiar os destinos da sociedade e é consciente do papel salvador que lhe cabe frente à crise que o liberalismo suicida tem submergido os povos, após a Revolução Francesa.³⁹

Estas são as linhas gerais do castilhismo, que se tornou uma forma de gerir o Estado durante décadas, e que viria a ter desdobramentos na ditadura do Estado Novo. Os ideais e métodos de Castilhos, embora não tenham conquistado preponderância nacional em 1891, viriam a ocupar o poder central na Revolução de 1930, quando os republicanos do Sul se uniram aos tenentes para derrubar o liberalismo oligárquico declinante da República

³⁵ BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: FREITAS, Décio, DACANAL, José e GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 34.

³⁶ CAMPOS; FERREIRA, 2016, p. 252.

³⁷ RODRÍGUEZ, 2000, p. 105-107.

³⁸ RODRÍGUEZ, 2000, p. 132.

³⁹ RODRÍGUEZ, 2000, p. 271.

Velha⁴⁰. O articulador desta ocupação, Getúlio Vargas, o mais prestigioso descendente político do castilhismo, assim discursou no enterro de Júlio de Castilhos, quando ainda era um acadêmico nos seus 20 anos de idade:

Júlio de Castilhos para o Rio Grande é um santo. É santo porque é puro, é puro porque é grande, é grande porque é sábio, é sábio porque, quando o Brasil inteiro se debate na noite trevosa da dúvida e da incerteza, quando outros Estados cobertos de andrajos, com as finanças desmanteladas, bem às portas da bancarrota, o Rio Grande é o timoneiro da Pátria, é o santelmo brilhante espargindo luz para o futuro.⁴¹

A terminologia religiosa – santo, puro, sábio, santelmo, luz para o futuro – explicita uma veneração religiosa que se formava em torno da personalidade cívica. Tal veneração é a construção do discurso que tem no chefe redentor, no Salvador, a centralidade da ação política brasileira e gaúcha – messianismo que não se diferencia dos grandes mitos sagrados das sociedades tradicionais, segundo Raoul Girardet⁴². Júlio de Castilhos estava morto, mas ressuscitava como Patriarca na mitologia política do Rio Grande do Sul.

2. A construção simbólica da República do Brasil

Há na religião um papel de “religar”, desempenhado socialmente na produção de um sentimento de comunhão e de identificação, o que leva indivíduos a se constituírem sociedade – como bem reconhece o historiador português Fernando Catroga. Segundo ele, Augusto Comte percebeu a tarefa cognitiva e afetiva da religião, cuja sacralidade se manifesta em símbolos, ritos, gestos e atitudes, o que remete a um fundo ancestral de mentalidade mítica. O mesmo já havia sido teorizado por Mircea Eliade em seu conceito de *homo religiosus*, quando trata do sentimento de sacralidade que nos dá a capacidade de dar ao profano um sentido sacro⁴³. A Modernidade questionou a essência divina da própria religião, anunciou a dessacralização (ou desencanto) do mundo, mas não trouxe sua morte: ao contrário, a sacralidade ressurgiu no próprio interior do secularismo.

Esta ressurreição do sagrado, segundo Paul Tillich, ocorreu como ato de resistência contra a reivindicação de exclusividade na representação do transcendente por parte da religião – afinal, “tudo o que é secular é potencialmente sagrado, suscetível à consagração”⁴⁴. Há uma pertença essencial mútua entre religião e cultura, entre o sagrado e o secular, de modo que aquilo que é secular “está implicitamente relacionado com o santo”⁴⁵. Portanto, embora a justificativa das configurações de poder sejam desde então seculares, as estratégias de inclusão afetiva, promovidas pelos novos poderes, trouxeram consigo novas formas de sacralidade, razão pela qual as sociedades nascidas das revoluções

⁴⁰ BOSI, 1992, p. 304;

⁴¹ RODRÍGUEZ, 2000, p. 106.

⁴² GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 15.

⁴³ ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 15.

⁴⁴ TILLICH, Paul. *Teologia sistemática*. 5a ed. São Leopoldo: Sinodal, 2005. p. 226.

⁴⁵ TILLICH, 2005, p. 225.

modernas falam em *religião civil*⁴⁶. Foi neste sentido que cada novo Estado republicano criou seus mitos e ritos nacionais.

No caso da implantação da República no Brasil, algo semelhante ocorreu. Como os militares que a executaram não contaram com qualquer participação popular, careciam de uma ideologia que justificasse a nova organização de poder, e de um simbolismo que aproximasse o povo de seus ideais. É desse problema que trata o historiador José Murilo de Carvalho em *A formação das almas*. Segundo ele, havia três correntes disputando “a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo”⁴⁷. Cada uma destas correntes defendia utopias típicas de sua postura, mas que esbarravam no problema das ideias estarem enclausuradas junto à elite. Como levar tais concepções ao povo? A resposta estava na mediação dos sinais universais, por meio de imagens, alegorias, símbolos e mitos.

2.1 As influências francesas na simbologia republicana brasileira

A França foi um dos países em que o confronto entre a antiga ordem monárquica e a nova ordem republicana ficou explícita, na forma de um confronto direto com o poder da Igreja Católica, segundo Fernando Catroga⁴⁸. No processo da criação da pátria francesa, os revolucionários buscaram novas expressões rituais por meio de festas cívicas, hino (a Marselhesa) e fórmulas de juramento que formariam uma consciência cidadã, na qual “Deus cedeu o seu lugar ao culto da Pátria e à sacralização dos valores republicanos”⁴⁹. Os franceses perceberam que, para construir uma nação, não bastam argumentos da razão: é necessário o sentimento do coração⁵⁰. Assim, as comemorações cívicas criaram espetáculos entusiasmados, cheios de simbologia e emotividade, no esforço de religar indivíduos que haviam perdido o sentido de pertencimento antes contemplado na fé cristã e na Igreja Católica.

O entusiasmo que a França e seu simbolismo revolucionário imprimiu sobre os republicanos brasileiros foi imensa, tanto por meio dos jacobinos, como dos positivistas⁵¹. A versão positivista da República oferecia um arsenal teórico útil, especialmente entre a população urbana de pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, estudantes e militares, pela condenação da monarquia em nome do progresso, apelo a um Executivo forte e uma ditadura dirigida por um despotismo ilustrado. Mas seduziu também, e especialmente, os republicanos gaúchos:

⁴⁶ CATROGA, Fernando. A religião civil do Estado-Nação: os casos dos EUA e da França. *Revista de História das ideias*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Volume 26, 2005, p. 503-581. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316.2/41685>>. DOI: <https://doi.org/10.14195/2183-8925_26_16>. Acesso em: 4 jun. 2018. p. 503-504.

⁴⁷ CARVALHO, 1990, p. 9.

⁴⁸ CATROGA, 2005, p. 562.

⁴⁹ CATROGA, 2005, p. 567.

⁵⁰ CATROGA, 2005, p. 572.

⁵¹ CARVALHO, 1990, p. 12-13.

Mais do que nenhuma outra, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul incorporou elementos positivistas, particularmente no que se refere à predominância do Executivo; ao Legislativo de uma câmara e de caráter orçamentário; à ausência de referência a Deus, substituído pelo trinômio Família, Pátria, Humanidade; à política educacional e social.⁵²

De qualquer maneira, qualquer que fosse o modelo de governo republicano adotado, faltava à nação uma identidade coletiva com existência anterior. Havia unidade da língua, religião e política; mas nenhum sentimento patriótico, o que se revelava na dificuldade de recrutamento militar, por exemplo. Essa identidade coletiva seria a tarefa perseguida pela primeira geração de republicanos⁵³. Dentre eles, foram os positivistas o grupo mais ativo no uso de palavra escrita e criação de símbolos para tornar a República um regime aceito e amado pelo povo⁵⁴, lançando-se à doutrinação com a “energia de apóstolos”, usando símbolos de imagens e rituais para construir uma ideia republicana de nação⁵⁵. É neste sentido que foi construída a imagem heroica de Tiradentes, criada a figura da mulher como a República (inspirados na *Marianne* francesa), e desenhada a bandeira com o lema positivista *Ordem e Progresso*.

2.2 A arquitetura monumental como símbolo de poder

Tratamos no início deste artigo sobre os semióforos produzidos pelos detentores de poder político ou religioso para demarcação de sua presença, e criação de laços de comunhão entre os membros das sociedades que eles regem. Acima, mencionamos alguns deles nas figuras simbólicas da República. Talvez a mais importante demarcação de semióforos seja fornecido pela arquitetura. Ela está intimamente relacionada a demonstrações públicas de poder desde os tempos mais remotos da História: aparece nos imensos *zigurates* mesopotâmicos e nos palácios e templos dos faraós egípcios, fundindo em um “único simbolismo aspectos reais e divinos, possuindo claramente conotações de autoridade e de poder”⁵⁶. Essa aproximação entre poder público e arquiteto foi bem percebido por Nietzsche:

Os indivíduos mais poderosos sempre inspiraram os arquitetos; o arquiteto sempre esteve sob a sugestão do poder. Na construção devem tornar-se visíveis o orgulho, o triunfo sobre a gravidade, a vontade de poder; arquitetura é uma espécie de eloquência do poder em formas, ora persuadindo, até mesmo lisonjeando, ora simplesmente ordenando. O mais alto sentimento de poder e segurança adquire expressão naquilo que tem *grande estilo*. O poder que já não tem necessidade de

⁵² CARVALHO, 1990, p. 28-29.

⁵³ CARVALHO, 1990, p. 32.

⁵⁴ CARVALHO, 1990, p. 129.

⁵⁵ CARVALHO, 1990, p. 139.

⁵⁶ MENEZES, Eduardo Diatahy de. Arquitetura: ídolo das ideias e símbolo do poder? *Humanidades*, vol./n. 7/2, p. 158-167, 1991, p. 161.

demonstração; que desdenha agradar; que dificilmente responde; que não sente testemunha ao seu redor; que vive sem consciência de que há oposição a ele; que repousa *em si mesmo*, fatalista, como uma lei entre as leis: *isso* fala de si na forma do grande estilo⁵⁷.

O fatalismo de uma estrutura de poder é estabelecido na forma de uma imensa estrutura, um monumento. Ela está presente com o peso de sua massa construída, impondo espaços ao povo que a circunda. Entretanto, segundo Eduardo Diatahy de Menezes, há que se distinguir a monumentalidade, que revela a intuição humana para exprimir sua época e cultura, do “*monumentalismo* anacrônico e obsolecente que acompanha com monótona regularidade a produção arquitetônica de regimes políticos autoritários e centralizadores”⁵⁸. É este monumentalismo anacrônico que ocorre, por exemplo, na arquitetura estatal dos regimes totalitários como o stalinismo, o nazismo e o fascismo.

No caso da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ocorreram bons e inovadores projetos arquitetônicos no início do regime, o que perdurou até o final dos anos 1920. Entretanto, conforme era instalada a ditadura stalinista, surgia uma arquitetura neoclássica que seria dominante até por volta de 1955, apagando uma investigação extraordinária que estava em desenvolvimento nas primeiras décadas⁵⁹. No caso nazista, o regime interrompeu o brilhante projeto da Bauhaus, fundada em 1919, impondo os rumos de uma arquitetura monumentalista que determinou, em seus edifícios públicos, um neoclassicismo com colunas dóricas, estatuária alegórica, águias e cruzeiros gamadas. Finalmente, o fascismo exerceu uma pressão menor sobre a arquitetura nacional, mas acabou também por “impedir o desenvolvimento da arquitetura moderna e a impor pela força o retorno ao neoclassicismo”⁶⁰.

Há, portanto, uma relação histórica entre o neoclassicismo, como manifestação monumentalista, com estruturas de poder que tendem ao totalitarismo. Esta tendência neoclássica aparece justamente na manifestação arquitetônica do positivismo castilhisto no Rio Grande do Sul, na configuração do Paço dos Açorianos, no centro de Porto Alegre.

3. O Paço dos Açorianos: a estética castilhisto

O empenho de Júlio de Castilhos em dominar a política estadual e impor os ideais positivistas teve reflexo profundo na administração da capital, entendida e tratada desde o início de seu governo como a “sala de visitas do Rio Grande do Sul”, levando à modernização da cidade⁶¹, a qual deveria estampar a imagem de ordem e progresso da nova

⁵⁷ NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos, ou, Como se filosofa com o martelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 70.

⁵⁸ MENEZES, 1991, p. 162.

⁵⁹ MENEZES, 1991, p. 163.

⁶⁰ MENEZES, 1991, p. 164.

⁶¹ BAKOS, Margaret Marchiori. Marcas do positivismo no governo municipal de Porto Alegre. *Revista de Estudos Avançados*, v. 12 (33), 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n33/v12n33a16.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2018. p. 213.

ordem social. A questão era qual arquitetura contemplaria o ideal positivista. Augusto Comte não elaborou nenhuma teoria estética positivista⁶², exceto algumas referências esparsas à *monumentalidade* que ela deveria ter, promovendo um “culto cívico da família, da pátria e da humanidade”⁶³. A arquitetura e a escultura deveriam ser suportes para estes ideais:

Como caracterizar a presença do positivismo na Arquitetura? A Biblioteca Pública, a Prefeitura Municipal, o monumento a Júlio de Castilhos e a Capela Positivista são testemunhos da incidência das ideias de Comte sobre a sociedade rio-grandense. Elas revelam a disposição dos comtistas locais para tornar explícitas suas crenças ou talvez, mais simplesmente, a maneira que escolheram para dar autoridade àquilo que afirmavam crer. De qualquer modo, esses prédios, construídos entre 1901 e 1928, indicam que o positivismo, se foi um modismo, foi também mais que isso.⁶⁴

O caminho escolhido para a materialização deste ideal propagandista do Estado positivo foram os referenciais estéticos da arquitetura neoclássica: a perenidade, a opulência, a cientificidade das formas. Vale lembrar quão adequada seria a referência greco-romana aos gaúchos quando cantassem a segunda estrofe do Hino do Rio Grande do Sul, ainda em uso naquele final de século XIX:

Que entre nós reviva Atenas
Para assombro dos tiranos
Sejamos gregos na glória
E na virtude, romanos ⁶⁵

Castilhos elegeu duas obras fundamentais para dar início à construção da arquitetura oficial do Estado: o Palácio do Piratini (que viria a ter seu projeto modificado por Borges de Medeiros) e o Palácio Municipal, o qual sediaria a Intendência de Porto Alegre – ambos em 1897. O Palácio da Intendência foi o primeiro a sintetizar a ideologia positivista, servindo de inspiração para um surto arquitetônico e escultórico que tomaria Porto Alegre nas duas décadas seguintes:

Nesse momento de autoafirmação do positivismo gaúcho, em que as sequelas da guerra civil ainda estavam bem vivas na memória de todos, edificou-se a Prefeitura Municipal. A rigidez e a intransigência que o PRR punha em prática para consolidar seu domínio do Estado plasmaram-se nas figuras do prédio, impositivamente alinhadas, implacavelmente apuradas, introspectivamente dispostas.⁶⁶

⁶² WEIMAR, Günter. *A vida cultural e a arquitetura na República Velha rio-grandense 1889-1945*. Porto alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 98.

⁶³ ALVES, José Francisco. *A Escultura pública de Porto Alegre: história, contexto e significado*. Porto Alegre: Artfolio, 2004. p. 53.

⁶⁴ BOEIRA, 1980, p. 53.

⁶⁵ Esta estrofe foi suprimida em 1966. LEI Nº 5.213, DE 5 DE JANEIRO DE 1966. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%205.213.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

⁶⁶ DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Porto Alegre, 1900-1920: estatuária e ideologia*. Porto Alegre: Editora Da Cidade; Letra & Vida, 2011. p. 145-146.

3.1 A construção do Paço dos Açorianos

Em 1897, Júlio de Castilhos encarregou o intendente José Montaury (1858-1939) de providenciar o projeto arquitetônico para o novo prédio do poder municipal. Mas a planta desenhada pelo engenheiro municipal Oscar Muniz Bittencourt foi rejeitada por Castilhos, o qual solicitou outro projeto a João Antônio Carrara Colfosco (falecido em 1910), italiano que emigrou para o Rio Grande do Sul como engenheiro-construtor de pontes para a viação férrea. O projeto de Colfosco foi aprovado pessoalmente por Castilhos. O fato de um projeto ser rejeitado e outro aprovado demonstra que os princípios arquitetônicos estavam sob a orientação ideológica do próprio Patriarca. A obra iniciou em 5 de abril de 1898 e foi concluída em abril de 1901, recebendo os serviços públicos em 15 de maio do mesmo ano⁶⁷. A construção estava concluída em 1901, faltando alguns detalhes escultóricos. Mas este fato provavelmente não influenciou alterações na sua composição final, uma vez que José Montaury permaneceria no poder até 1924 e garantiria a continuidade do projeto de Castilhos.

Os primeiros acréscimos foram os leões que adornam as escadarias das entradas laterais, importados de Carrara (Itália) e instalados provavelmente em alguma data entre 1905 e 1906.⁶⁸ Os bustos de José Bonifácio e Deodoro da Fonseca, duas das figuras mais destacadas no imaginário da República brasileira, foram colocados entre os arcos da torre, junto ao brasão da República, em 1911. No ano seguinte, à altura média da fachada, foram aplicados os medalhões com as efígies de Floriano Peixoto, outro herói da Proclamação, e de Júlio de Castilhos⁶⁹.

⁶⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 301.

⁶⁸ Há dificuldade em estabelecer a data exata da instalação dos leões da escadaria. São datados entre 1905 e 1910, por Alves (ALVES, 2004, p. 24) e, em 1906, por Oliveira (OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e sua formação*. Porto Alegre: Gráfica Metrópole, 1993. p. 166), e ainda em 1911 em reportagem da *Zero Hora*, que não cita fonte (KOCH, Mônica. Paço ressurge como espaço cultural. *Zero Hora*, Porto Alegre, 4 mai. 2003. p. 9). Os leões também foram motivo de controvérsia na Câmara de Vereadores, quando se discutiu se eles eram ou não castrados – uma vez que eles não possuem genitália (ALVES, 2004, p. 140). A razão é desconhecida.

⁶⁹ ALVES, 2004, p. 24.



Figura 1: Paço dos Açorianos e Praça Montevideu em 1935.
Acervo do Museu Joaquim Felizardo / Fototeca Sioma Breitman.

3.2 O discurso positivista na arquitetura do Paço dos Açorianos

O prédio da Intendência foi projetado para marcar a emergência de um novo poder, o republicano, com uma linguagem equivalente em pujança ao poder declinante, o imperial. O estilo escolhido foi uma derivação do clássico, denominado *neoclássico*. A regra clássica de arquitetura está ancorada em uma lógica visual, cujas qualidades são “alcançadas através dos princípios da *taxis*, do uso de elementos de *genus*, e da *simetria*”⁷⁰. A *taxis* é o plano geral, o sistema de linhas, planos e eixos ordenadores que garantem sua construção lógica, geralmente distribuídos em uma fórmula tripartite. A *genus* (ou *genera*) é o complemento que se agrega à *taxis*, representado pelos elementos decorativos das classificações gregas dórica, jônica e coríntia (ou toscana). Estes elementos articulam com o conjunto formal, que parte da base do dórico (com poucos detalhes, robusto), passando pelo jônico (com proporções mais esbeltas e fluidas) até o coríntio (com maior delicadeza). Finalmente, a *simetria* trata do modo como os elementos da *genus* estão dispostos na *taxis*, compondo ritmos e produzindo o efeito harmonioso do conjunto da obra⁷¹.

Todos os elementos acima descritos marcam presença na arquitetura do Paço dos Açorianos. Na fachada pode ser percebida a intencionalidade da fórmula tripartite, tanto no sentido vertical quanto no horizontal. Há três blocos frontais que compreendem a entrada principal e as duas laterais, sendo que o central é destacado pela torre, conferindo a ela a preeminência. O jogo volumétrico é ressaltado pelas escadarias de acesso e pelas colunas, que emolduram as entradas. Se a tripartição é evidente no eixo vertical, também pode ser

⁷⁰ MACEDO, Danilo Matoso; SILVA, Elcio Gomes. *Classicismo, Coordenação Modular e Habitação*. Disponível em: <<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/coloquiomom/comunicacoes/matoso.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2018. p. 5-6.

⁷¹ MACEDO e SILVA, p. 6-9.

verificada nas linhas horizontais: os arquivamentos forçam a divisão da estrutura em três partes, o térreo, segundo piso e telhado, sendo que este último comporta os discursos dos grupos escultóricos da torre e das extremidades, todos os três compondo formas triangulares clássicas.

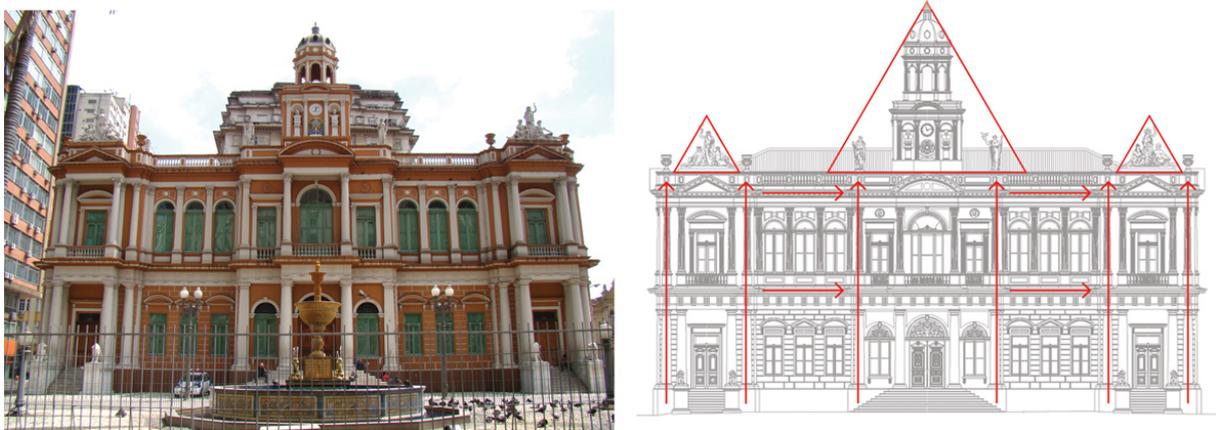


Figura 2: Fachada e aplicação ilustrativa dos eixos e esquema triangular.

Fotografia e ilustração dos autores.

Dois tipos de frontões estão aplicados na fachada: em arco e triangular. O frontão em arco está aplicado no volume central, enquanto os triangulares estão situados nas duas laterais. Foram acrescentados tímpanos sobre as aberturas e janelas do prédio, intercalando as formas. Mas o elemento decorativo fundamental é a coluna, símbolo de sustentação, força e eternidade. No Paço dos Açorianos, as colunas respeitam o cânone clássico dos estilos dórico e coríntio. As colunas dóricas (designativas de sobriedade e poder) estão aplicadas no andar inferior, e as coríntias (representando harmonia e justiça) ornamentam o andar superior. A sensação de monumentalidade das composições de colunas é sentida pelo indivíduo que, ao adentrar no edifício, olha para a torre. As linhas horizontais desaparecem, saltando à vista as colunas, as quais conduzem o olhar para o alto, produzindo a sensação de pequenez do espectador e grandiosidade da obra que ele admira.

Finalmente, o ideal clássico da *simetria* pode ser entendido como uma das principais manifestações da ciência positiva, uma vez que organiza o espaço de acordo com um padrão estabelecido na natureza – o simétrico dos corpos humanos, dos animais, das plantas e assim por diante – e confere ordem à construção feita pelo “homem”. A simetria mais evidente está tanto na fachada, que replica igualmente seus lados, como na planta baixa em forma de “U”. Ao contornar o prédio, pode-se perceber a manutenção da simetria e da mesma lógica.

A obra foi causou forte impressão ao jornalista que visitou o recém inaugurado prédio, registrando-a no jornal *Correio do Povo* poucos dias depois:

Conforme noticiámos, terminou, a 15 do corrente, a mudança da intendencia municipal para o bello palácio que acaba de ser construido, expressamente para aquella repartição, á praça 15 de Novembro. Visitamo-l’o ante-hontem. Embora poucos momentos nos tenhamos demorado no magnifico edificio, causou nos tudo

quanto vimos a mais agradável impressão; e supponho mesmo que em todo o Estado não há construção que lhe sobreleve em belleza architectonica, nobresa e proporções de linhas, disposição de salas e dependencias e condições de hygiene, de ar e de luz. Logo ao transpor o formoso paristylo, admira-se o amplo e alteroso atrio, pavimentado a mosaico, e cujo plafond repousa sobre columnas dóricas, o qual dá acesso ao sumptuoso vestibulo de onde sobe, em dois corpos laterais, a luxuosa escadaria de marmore branco que vae ter ao sobrado, e sobre o qual projecta-se a farta claridade de uma ampla claraboia. Esta parte da construção aformoseada, ainda, em volta, por galerias com columnas conjugadas da ordem corinthea, é incontestavelmente soberba, e tem mesmo certa magestade.⁷²

E seguiu detalhando o que viu: as salas bem instaladas, acabamento sofisticado de chão, paredes e tetos, eletricidade e hidráulica modernas. Ao final da reportagem, o jornalista conclui: “Emfim, o palacio da intendencia municipal de Porto Alegre é digno de uma grande cidade culta, civilisada e progressista”⁷³. A “sala de visitas de Porto Alegre estava, finalmente, bem representada.

3.3 O discurso positivista nos grupos escultóricos do Paço dos Açorianos

Se a arquitetura é representativa de um ideal disciplinador, o mesmo ocorre com as esculturas que ornamentam a fachada do Paço dos Açorianos. A ideologia fica explícita, já que utiliza alegorias consagradas na arte monumental. Os grupos escultóricos formam um conjunto que harmoniza com as funções do prédio, concordando com as indicações monumentalistas da arquitetura e replicando as contenções de suas linhas em figuras sóbrias e dignas, espelho de seus idealizadores. Sua importância é pouco percebida pelo observador atual, mas forma vanguarda de um verdadeiro surto escultórico em Porto Alegre entre 1901 e 1935:

Essas obras, existentes ainda hoje em fachadas, parques e praças, cemitérios e outros espaços abertos possuem tais características porque aqui encontraram condições produtivas para a sua disseminação: uma ideologia estatal e uma burguesia urbana em franco desenvolvimento que se interessam pela estatuária; um conjunto de artistas competentes, imigrados de várias partes do mundo, atuando em firmas especializadas e estabelecimentos de ensino na área (artes e ofícios); bons empreendedores – construtores e arquitetos – que se utilizaram da arte; e fatos epopeicos que precisaram ser comemorados, ou seja, registrados e atualizados na memória coletiva, para serem mais bem aproveitados no presente.⁷⁴

O grupo escultórico representativo da economia está situado ao lado esquerdo da fachada (vista do observador). Constitui-se de um esquema triangular onde uma figura feminina ganha destaque hierárquico por estar em pé, erguendo uma foice com a mão direita e tendo ramos de trigo na esquerda. Trata-se de representação típica da deusa grega Deméter, personificação das forças geradoras da natureza e transmissora das técnicas agrícolas. A foice é acréscimo contemporâneo ao cânon clássico, reforçando o princípio da colheita. Por isso, ela representa a agricultura, motor da economia gaúcha no início do

⁷² CORREIO DO POVO. Porto Alegre, Ano 7, n. 117, 19 de maio de 1901, p. 1.

⁷³ CORREIO DO POVO, 1901, p.1.

⁷⁴ ALVES, 2004, p. 52.

século XX. À esquerda do observador está assentada uma figura masculina, que segura um caduceu (haste com duas serpentes enroladas), apoiado em um saco amarrado, e tendo na cabeça um capacete alado. É uma referência inconfundível ao deus grego Hermes, ligado à alquimia, à astúcia e persuasão, e patrono dos mercadores e diplomatas, símbolo do comércio. Do outro lado está assentada uma figura feminina, que segura uma bigorna com martelo e uma roda dentada. Não representa nenhuma figura explícita do panteão grego, mas seus acessórios remetem à indústria moderna. O conjunto segue o plano clássico de harmonia, hierarquizando seus componentes dentro da composição triangular, o que concorda com o pensamento positivista da Ordem e Progresso, que subordina as classes e harmoniza os elementos constitutivos do grupo social.⁷⁵



Figura 3: Grupo escultórico da economia. Fotografia dos autores.

O mesmo princípio harmônico está no grupo do lado oposto da fachada, o qual representa a ideologia. Concordando com o princípio da harmonia, esse grupo espelha a composição da economia. Em contraponto à mão direita da agricultura, a figura principal, também mulher, ergue uma tocha na mão esquerda. Segura na outra mão um livro com ramos de oliveira. É uma mulher internacionalmente conhecida, uma mimese do colosso postado na entrada do porto de Nova Iorque, a Estátua da Liberdade. A diferença está no número de raios que emanam do diadema solar (nove, ao invés de sete) e o braço que ergue a tocha. É símbolo da liberdade que ilumina os gaúchos e os sustentam por meio das leis, que segura na outra mão. Aos seus pés, a palma, símbolo olímpico de vitória. À esquerda do observador, uma figura feminina tendo ao lado esquerdo um busto masculino com elmo ateniense, e na mão direita um martelo de escultor. Do outro lado, uma figura masculina tendo na mão um instrumento de escrita e uma tábua. Estas duas figuras demandam maior concentração, já que reside nelas certa ambiguidade.

⁷⁵ A análise deste grupo escultórico é mais ricamente detalhada por Doberstein (DOBERSTEIN, 2011, p. 23-29).



Figura 4: Grupo escultórico da ideologia. Fotografia dos autores.

Doberstein interpreta a personagem feminina postada à esquerda da liberdade como sendo Clio, a musa da história e inspiradora de poetas, artistas e atividades intelectuais. Está com a mão pousada sobre a escultura de Péricles, representante da democracia de Atenas na Era de Ouro. Não se trata, portanto, da democracia moderna (representativa), mas da Grécia antiga, tida como superior pelos positivistas. Esta democracia é dirigida por um governante austero⁷⁶. Nesse caso, o busto de Péricles pode estar remetendo ao próprio Castilhos. Quanto à Clio, o detalhe dela estar segurando o martelo revela que ela é a autora da democracia – ou seja, representa a inevitabilidade da evolução histórica no sentido do devir positivo. Outra hipótese para esta figura é que ela não represente necessariamente Clio (uma vez que lhe faltam a trombeta e o pergaminho, itens imprescindíveis do cânone clássico), mas uma síntese do poder de todas as filhas de Mnemósine (a memória), não gerando a democracia em si, mas exaltando, por meio das artes, os feitos e a glória republicana dos heróis do passado. Em ambos os casos, ela atua com a função da história positivista.

Quanto à personagem masculina, também há dúvidas. Normalmente é entendida como a ciência positiva, focada no método, na observação e na experiência, mestra das leis porque o método científico seria orientador da escrita destas leis⁷⁷. Mas a proposta de símbolo da ciência parece não ser natural ao compor com a liberdade e a história, além do Estado democrático. Observe-se que a figura segura um livro ou tábua e um instrumento de escrita. Sendo uma tábua, não seria possível que fosse uma referência à *Lex Duodecim Tabularum*, a Lei das Doze Tábuas, cerne da justiça da República romana? Se a resposta for positiva, a figura não seria a ciência, mas o legislador, aquele que escreve e promulga as leis que sustentarão a liberdade republicana. Mais do que isso: considerando que Júlio de Castilhos escreveu e promulgou pessoalmente a Constituição do Rio Grande do Sul de 1891,

⁷⁶ DOBERSTEIN, 2011, p. 32-35.

⁷⁷ DOBERSTEIN, 2011, p. 35.

o homem sentado, com o olhar mirando o horizonte, seria então figura do próprio Castilhos, o legislador.

Finalmente, o volume central do prédio ostenta o centro do discurso republicano: uma torre com o brasão da República e os bustos de José Bonifácio e Deodoro da Fonseca, ambos emoldurados por uma guirlanda, símbolo grego inequívoco da eternidade. Logo abaixo do arquitrave deste corpo central, no topo do primeiro piso, estão aplicadas duas efígies, em forma de medalhões, de dois personagens fundamentais no ideal republicano: de um lado, Júlio de Castilhos, idealizador da república em solo gaúcho; de outro, Floriano Peixoto, segundo presidente brasileiro e quem deu apoio a Castilhos em sua luta pela vitória na guerra civil em que o Rio Grande do Sul se encontrou no início de seu mandato.



Figura 5: Volume central do prédio e detalhe das estátuas individuais. Fotografia dos autores.

Essa torre central é guarnecida por duas estátuas bastante claras em sua configuração. A do lado esquerdo do observador é uma figura feminina, segurando na mão direita uma longa espada, posta sobre um estandarte, tendo na mão uma pequena balança. Os adereços da escultura são consagrados no ideário escultórico: trata-se da justiça. Entretanto, ela não aparece com a tradicional venda nos olhos, indicando imparcialidade; ela está de olhos bem abertos, para premiar o bem e punir o mal. Com a longa espada, é uma justiça punitiva, repressora e implacável, de um governo que esmagou os inimigos da República⁷⁸. A mesma configuração (de uma justiça punitiva) está na escultura da fachada do Palácio da Justiça de Porto Alegre, junto à Praça Júlio de Castilhos. A segunda figura, postada do outro lado da torre, é também uma mulher, em pé, erguendo com a mão direita uma esfera com uma águia e tendo na mão esquerda um cajado e um barrete frígio (símbolo da Revolução Francesa), o que revela ser ela a República. Assim como a justiça, essa República também é diferente: ela segura um *orbis terrarum*, símbolo romano de domínio sobre o mundo, sobre o qual está sentada uma águia, ícone da autoridade de Zeus – em um gesto mais de triunfo do que de pacificação, como uma República dominadora⁷⁹.

⁷⁸ DOBERSTEIN, 2011, p. 30.

⁷⁹ DOBERSTEIN, 2011, p. 31.

Grande parte dos elementos até aqui analisados remetem diretamente à religião grega antiga, a qual, morta como expressão de fé no cotidiano humano, pôde ser ressuscitada e ressignificada como elemento da religião civil e dos projetos de poder político-seculares. Entre os deuses gregos (agora cívicos) repousam os heróis da Pátria – Deodoro, Floriano, Bonifácio, Floriano e Castilhos –, como santos a serem celebrados e venerados por todas as gerações.

Para finalizar, é importante tratar das ausências. Não há, em um único espaço do prédio, referência à população local ou a qualquer elemento cultural da cidade de Porto Alegre. Todos os símbolos são externos ao poder municipal, seja estadual, na figura de Júlio de Castilhos, seja ao nacional, nos heróis da República. Mesmo as figuras alegóricas cívicas remetem a um discurso avesso às regionalidades – à exceção do Patriarca do Rio Grande do Sul. O prédio do poder municipal discursa sobre esferas de poder muito além das suas, um monumento erguido para posicionar, dentro da sala de visitas do Rio Grande do Sul, a ascensão do poder republicano – mas um poder autoritário e messiânico.

Considerações finais

O positivismo de Comte evoluiu de uma simples filosofia em “direção de uma religião da humanidade, com sua teologia, seus rituais, sua hagiografia. Pretendendo ser uma concepção laica, fundia o religioso com o cívico, ou melhor, o cívico se tornava religioso”⁸⁰. Os positivistas franceses foram os que melhor compreenderam e aproveitaram os significados em torno da comemoração cívica dos heróis da pátria, destacando-se entre eles os positivistas. Esse positivismo chegou ao Rio Grande do Sul, foi transformado pelo castilhismo em uma forma ainda mais autoritária de governo, mas guardou o mesmo apreço pelo simbólico.

Assim, Júlio de Castilhos, compreendendo a importância do uso dos símbolos, operou também na ereção de seu semióforo, ordenando a construção de um prédio que se tornava um verdadeiro monumento ao ideal positivista e autoritário de seu Patriarca, sob o olhar dos deuses gregos e da história, cujo legado político messiânico se faz sentir até os nossos dias.

Referências

ALVES, José Francisco. *A Escultura pública de Porto Alegre: história, contexto e significado*. Porto Alegre: Artfolio, 2004.

BAKOS, Margaret Marchiori. Marcas do positivismo no governo municipal de Porto Alegre. *Revista de Estudos Avançados*, v. 12 (33), 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n33/v12n33a16.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

⁸⁰ CARVALHO, 1990, p. 130.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: FREITAS, Décio, DACANAL, José e GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAMPOS, Juliana Cristine Diniz; FERREIRA, Desirée Cavalcante. A legitimação autoritária das práticas políticas brasileiras pelo positivismo gaúcho durante a Primeira República. *Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC*, v. 36.1, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/nomos/article/view/3057>>. Acesso em: 17 out. 2018.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CATROGA, Fernando. A religião civil do Estado-Nação: os casos dos EUA e da França. *Revista de História das ideias*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Volume 26, 2005, p. 503-581. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316.2/41685>>. DOI: <https://doi.org/10.14195/2183-8925_26_16>. Acesso em: 4 jun. 2018.

CHAUI, Marilena. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 488-557.

CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, Ano 7, n. 117, 19 de maio de 1901, p. 1.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Porto Alegre, 1900-1920: estatuária e ideologia*. Porto Alegre: Editora Da Cidade; Letra & Vida, 2011.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS; MEC/SESu/PROEDI, 1988.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KIRCHHEIN, Augusto Frederico. O castilhismo e o campo religioso gaúcho: um olhar focando a área do ensino. *Revista Sacrelegens*, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião/UFJF, v. 3, n. 1, 2006, p. 241-255. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrelegens/files/2010/04/3-8.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2018.

KOCH, Mônica. Paço ressurge como espaço cultural. *Zero Hora*, Porto Alegre, 4 mai. 2003.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

LEI Nº 5.213, DE 5 DE JANEIRO DE 1966. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%205.213.pdf>>.

Acesso em: 16 out. 2018.

LOPES, A. E. M. Entre o elogio e a sátira: Júlio de Castilhos nas páginas da imprensa ilustrada do Rio de Janeiro nos anos 1890. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 8, n. 1, p. 1-20, 2011.

MACEDO, Danilo Matoso; SILVA, Elcio Gomes. *Classicismo, Coordenação Modular e Habitação*. Disponível em: <<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/coloquiomom/comunicacoes/matoso.pdf>>.

Acesso em: 27 fev. 2018.

MENEZES, Eduardo Diatahy de. Arquitetura: ídolo das ideias e símbolo do poder? *Humanidades*, vol./n. 7/2, p. 158-167, 1991.

NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos, ou, Como se filosofa com o martelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e sua formação*. Porto Alegre: Gráfica Metrópole, 1993.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1037>>. Acesso em: 16 out. 2018.

TILLICH, Paul. *Teologia sistemática*. 5a ed. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

WEIMAR, Günter. *A vida cultural e a arquitetura na República Velha rio-grandense 1889-1945*. Porto alegre: EDIPUCRS, 2003.